

● Atribuição de isenções volta à responsabilidade da administração central ● Saiba as principais medidas do Orçamento do Estado Páginas 6 a 8

Governo tira poder às câmaras no IMI



Primeiro Plano



Orçamento a votos

Leite com chocolate tem mais açúcar

O deputado do PAN defendeu que o leite achocolatado deve passar a ser tributado como as bebidas açucaradas por ter um teor de açúcar superior ao de alguns refrigerantes. André Silva ilustrou com garrafas de dois refrigerantes mais consumidos - "ice tea" e colas - para demonstrar que estas bebidas, tributadas em sede de impostos especiais de consumo, são menos açucaradas do que os leites achocolatados, que não são tributados. "Nativo não sei se é, lá docinho será com certeza", criticou.



OE Câmara do Porto contra restrição na autonomia de decidir como aplica receitas próprias no seu território

Carla Sofia Luz
carfaluz@jn.pt

► As câmaras vão deixar de decidir a quem concedem isenções do IMI e do IMT, no âmbito da política municipal de reabilitação urbana, apesar de ambos os impostos serem uma receita exclusiva das autarquias. O Governo socialista deu-lhes essa faculdade, mas volta a retirá-la no próximo ano. A revogação desse direito está inscrita na proposta de Orçamento do Estado (OE) e o município do Porto é o primeiro a contestá-la.

Rui Moreira não aceita que a Invicta seja impedida de definir como aplica o seu dinheiro e veja limitado o poder de discriminar positivamente ações de regeneração urbana no seu território. E dá voz ao descontentamento na proposta que levará, terça-feira, à votação. Aqui, a autonomia foi sol de pouca dura.

Ao revogar a norma (n.º 20 do artigo 71.º) do Estatuto dos Benefícios Fiscais na proposta de OE, o Executivo retira às assembleias municipais o direito de decidirem o "âmbito" e o "alcance" da atribuição de isenção de IMI (imposto municipal sobre imóveis) e de IMT (imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis) aos prédios alvo de requalificação.

"Novamente é posta em causa a autonomia das autarquias locais, na medida em que se propõe definir, unilateralmente, isenções de IMI e de IMT de apoio à reabilitação urbana, sem que os municípios possam definir o âmbito e o alcance de tais benefícios fiscais", pode ler-se no documento, assinado por Rui Moreira, a que o IN teve acesso. Para o autarca, a Câmara do Porto vê beliscada a sua capacidade financeira, pois, por

Conselho Metropolitano do Porto discutirá este problema no dia 29.

A alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, no âmbito da reabilitação urbana, não se fica por aqui. O OE também restringe o "espírito de isenções", como adverte a Associação Nacional de Municípios no seu parecer.

Hoje, as câmaras têm liberdade de dar isenção de IMI aos prédios reabilitados por cinco anos, podendo ser renovada por mais cinco anos, seja qual for a vocação final do edifício. Em 2018, o benefício fiscal afunila. A isenção será atribuída pelo prazo máximo de três anos a imóveis recuperados com mais de 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana. Acresce a possibilidade de prorrogar a isenção por mais cinco anos só para os imóveis destinados ao arrendamento de longa duração ou a habitação própria.

Ao arbítrio municipal, o Estado deixa apenas a decisão de autorizar a prorrogação da isenção do IMI por cinco anos, mas impede-o de definir o beneficiário. Da leitura do OE, resulta clara a vontade do Governo de privilegiar a reabilitação de edifícios para habitação, em particular arrendamentos de longa duração. O IN pediu esclarecimentos ao Governo e não teve resposta em tempo útil. ●

Governo tira poder às câmaras para definir isenções no IMI

Em causa a atribuição de benefícios fiscais aos promotores de reabilitação urbana

decisão do Estado, perde receita própria (do IMI e do IMT), sem ter uma palavra a dizer quanto "ao rumo que pretende que a reabilitação na cidade assuma".

Tal como o Porto, outras autarquias do país, que já desenhavam regulamentos municipais para definir as medidas fiscais no apoio à reabilitação urbana, terão de meter esse trabalho na gaveta. O



62

milhões para as vítimas

O OE2018 inclui 62 milhões de euros para indemnizações por morte e ferimentos graves nos incêndios do último verão. Uma verba que integra o pacote de 186 milhões para resposta, combate e prevenção de incêndios.

Marcelo precisa de mais tempo

O presidente da República diz que terá mais trabalho e provavelmente levará mais tempo a analisar o Orçamento do Estado para 2018 do que os dois orçamentos anteriores, que promulgou de imediato. "É possível que demore mais algum tempo para analisar matérias que, entretanto, estão a surgir todos os dias. Há propostas todos os dias, e há votações de vários sentidos. Portanto, para conhecer na especialidade o Orçamento, terei mais trabalho do que com o Orçamento para 2016 ou 2017", declarou.



PS chumba apoios aos paralímpicos

O PS chumbou uma proposta do Bloco que previa a nivelção faseada, até 2021, dos apoios financeiros dados pelo Estado aos atletas paralímpicos relativamente aos olímpicos. Além do BE, votaram a favor o PCP e o CDS. O PSD absteve-se.

PCP contra limpeza pelas câmaras

O PCP votou contra a proposta do PS para que, em 2018, as câmaras limpem terrenos privados ao abandono, imputando depois os custos aos donos. Mesmo assim, a alteração passou e os proprietários terão até 15 de março para limpar em redor das casas.

Mais folga para o Natal de 2018

SUBSÍDIOS Menos dinheiro ao fim do mês, mais para as férias e para o Natal. Os duodécimos acabam em janeiro para o setor privado e, dizem os especialistas, os portugueses ganham disponibilidade financeira para a quadra natalícia, a primeira a ressentir-se com os subsídios faseados.

"O pagamento de duodécimos,

ainda que fosse opcional para o setor privado, aumentava o ganho mensal, mas tinha a contrapartida de no Natal haver menos disponibilidade para gastar", adiantou Pedro Pimentel, diretor-geral da associação Centromarca que, desde a criação da opção de pagamento de um subsídio (50% do subsídio de férias e 50% do subsídio de Na-

tal), notava "algumas restrições". "Notou-se uma quebra clara no Natal" com a diluição do 14.º mês de salário, repete Mafalda Ferreira. A especialista do IPAM lembra que à nova lógica de consumo mais restrito, devido à crise, juntou-se o corte no subsídio, o que levou a uma redução das compras de Natal. A.M.P.

duodécimos + simulações

SOLTEIRO SEM DEPENDENTES

EXEMPLO 1

Rendimento bruto mensal: 557 €

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	537,05€
Sem duodécimos (2018)	495,73€
Variação de rendimento	-41,32€

EXEMPLO 2

Rendimento bruto mensal: 1000€

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	829,17€
Sem duodécimos (2018)	765,00€
Variação de rendimento	-64,17€

EXEMPLO 3

Rendimento bruto mensal: 1500€

Rendimento líquido mensal

Com duodécimos (2017)	1147,24€
Sem duodécimos (2018)	1058,00€
Variação de rendimento	-89,24€

Fonte: EY | INFOGRAFIA IN

Votações Governo acusa PSD de apresentar propostas que custariam mil milhões

Maratona acaba com exclusão do PSD

Alexandra Inácio*

alexandra.inacio@jn.pt

► Seiscentas propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) foram debatidas e votadas nos últimos três dias, numa maratona, por vezes caótica, com imprevistos, coligações negativas que isolaram o PS e que terminou com o PSD a queixar-se do "rolo compressor" da maioria de Esquerda: nenhuma proposta social-democrata foi aprovada.

O líder parlamentar do PSD confirmou o voto contra na votação final global do OE. Sem novidade, não fosse a revolta de Hugo Soares por as 62 propostas do PSD terem sido chumbadas. A especialidade agravou ainda mais o diploma, criticou, ironizando que uma "boa proposta" mereceu 600 propostas de alteração e "negociações permanentes" para manter o Governo no poder.



Alguém acredita que nas 62 propostas não houvesse uma, uma, uma só, que não pudesse ter mérito para ser aprovada?

Hugo Soares
Líder bancada PSD



Houve propostas aprovadas em anos anteriores. Desta vez não, porque o PSD não levou o debate a sério.

Pedro Nuno Santos
Sec. Estado Assuntos Parlamentares

O Governo justificou a exclusão do PSD por as propostas sociais-democratas custarem "mais de mil milhões de euros" à receita. Segundo o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, só a proposta "cega" de redução do IRC provocaria uma redução da receita de "500 milhões de euros". Pedro Nuno Santos nunca apresentou uma estimativa da fatura das propostas do PS, BE, PCP e PEV.

Os deputados votaram por unanimidade a dotação de 186 milhões para a prevenção e combate aos fogos, assim como os 62 milhões para indemnizar as vítimas. A maratona proporcionou diversas coligações. Dois exemplos: o Governo vai ter de fiscalizar as cantinas escolares porque PSD e CDS viabilizaram as propostas dos parceiros de geringonça; Ilha de Man, Jersey e Uruguai só voltam à lista negra de offshore porque o BE deu a mão à Direita. *COM LUSA

Execução Governo garante meta para 2017

Défice público caiu 59% nos primeiros dez meses deste ano

► O défice público caiu 59%, para 1,8 mil milhões de euros no período de janeiro a outubro de 2017 face aos mesmos dez meses de 2016. Com este resultado, o Governo diz que "garante o cumprimento dos objetivos orçamentais estabelecidos no Orçamento do Estado", isto é, que o défice global em contabilidade nacional cai de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2016, para 1,4% do PIB, este ano. Há um mês, o défice apurado até setembro tinha caído 80%, mas na altura o Governo avisou que nos últimos três meses deste ano ele já não desceria a esse ritmo devido a "fatores" extra que aconteceram no final de 2016 e que afetam as taxas de variação homologas do corrente exercício. Por exemplo, em novembro ocorrerá o pagamento de 50% do subsídio de Natal, o que fará empolar a despesa e travar o ritmo de redução do défice. Além disso, do lado da receita, deve-se ter em conta "a componente temporária do PERES [o perdão fiscal e contributivo]" que empolou muito a receita da reta final de 2016. LUIS REIS RIBEIRO

1845

milhões de euros foi quanto subiu a receita fiscal até outubro, face ao mesmo período de 2016. O Estado arrecadou 34 180,1 milhões de euros em impostos em dez meses. Este aumento é superior ao que estava previsto no Orçamento do Estado para 2017, que era uma subida de 3%.

0,8

por cento foi quanto diminuiu a receita com IRS até outubro, face a igual período de 2016, para 9767,1 milhões de euros.

103

milhões de euros foi quanto aumentaram, em termos homologos, os pagamentos em atraso do Estado.

20,9

por cento foi quanto aumentou a receita com IRC até outubro, face a igual período de 2016.

5,8

por cento foi quanto aumentou a receita do IVA até outubro, pese embora o aumento dos reembolsos em 13,4%.



Primeiro Plano

Orçamento a votos

IRS TABELA COM MAIS ESCALÕES

Os deputados aprovaram o aumento do número de escalões do IRS, de 5 para 7, desdobrando os atuais 2.º e 3.º escalões, uma medida que o Executivo estima beneficiar cerca de 1,6 milhões de famílias. No mínimo, serão tributados a 14,5% quem ganha até 7091€, e a 48% quem ganha acima de 80 640€.



IRS MINIMO DE EXISTÊNCIA

O valor do mínimo de existência passa a ser atribuído "por titular" e não por agregado e o montante deixará de ter um valor fixo (agora de 8500€), para ser atualizado em função do indexante dos apoios sociais. Além disso, passará a abranger os profissionais liberais, tendo sido incluída uma "cláusula de salvaguarda".



As medidas essenciais :

DINHEIRO MENOS CATIVAÇÃO



As verbas do Estado que vão ficar retidas e que só poderão ser libertadas com ordem do ministro das Finanças (as cativações) vão ter um limite de 1280,7 milhões de euros (-142,3 milhões ou -90% do valor global inicialmente bloqueado em 2017). Mas vai haver exceções: as despesas deixam de estar cativas no ensino Básico e Secundário, hospitais e transportes. Na saúde, deixam de existir cativações em quatro organismos: Direção-Geral da Saúde, Instituto Nacional de Emergência Médica, Serviço de Utilização Comum dos Hospitais e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

EMPRESAS MAIS IMPOSTO

O código do IRC vai ser alterado para contemplar a cobrança, no terceiro e último escalão da derrama estadual de 9%, em vez dos atuais 7%, às entidades com atividade no comércio, indústria ou agricultura com lucros de 35 milhões de euros ou mais. A REN e a Soane são exemplo de empresas que poderão vir a sofrer mais com a mudança.

DESEMPREGADOS FIM DO CORTE

Os desempregados vão deixar de ter corte de 10% no subsídio de desemprego após seis meses da atribuição.

PENSÕES AUMENTO DE 6 OU 10 EUROS

Os pensionistas com pensões de valor igual ou inferior a 1,5 vezes o IAS-indexante de apoios sociais (632€) terão um acréscimo mínimo de 6 ou 10€, consoante tenha ou não existido atualização da pensão entre 2011 e 2015. Este aumento extraordinário abrangerá as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pela Segurança Social e as pensões de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, e já vai considerar a atualização de janeiro, em resultado da evolução da inflação e do crescimento da economia.

REFORMAS ANTECIPADAS ATUALIZAÇÃO

Será alargado o complemento solidário para idosos a pensionistas que anteciparam as reformas a partir de 2014, ano em que foi introduzido um



Chumbo ao imposto da batata frita criticado

CDS-PP justifica eliminação com parecer do CES
O CDS-PP fintou o Governo e eliminou a criação do imposto sobre alimentos com excesso de sal ainda antes da proposta ir a votos. Os deputados aprovaram, com a abstenção do PCP, uma proposta do CDS-PP que eliminou a medida do Código dos Impostos Especiais de Consumo. As reações não se fizeram esperar: o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, acusou os deputados de estarem "mais preocupados com interesses económicos do que com as pessoas". O CDS-PP justificou com o alerta do Conselho Económico e Social para o aumento dos impostos indiretos para as famílias.

agravamento das regras pelo anterior Governo.

RECIBOS VERDES REGIME SIMPLIFICADO

O novo regime simplificado de IRS abrange apenas os profissionais liberais e os outros prestadores de serviços (como os do alojamento local), deverá limitar a presunção automática de despesas, mantendo-se os coeficientes que atualmente existem (e que garantem uma dedução automática ao rendimento tributável),

mas uma parte ficará dependente das despesas suportadas e registadas no e-fatura, tendo estes trabalhadores de justificar 15% das despesas.

EDUCAÇÃO MANUAIS GRÁTIS

Os manuais escolares dos 5.º e 6.º anos de escolaridade passarão a ser gratuitos em 2018. Ainda na área da educação, foi votada uma proposta para reduzir o número de alunos por turma nos anos

de início de ciclo no Ensino Básico, ou seja, nos 1.º, 5.º, 7.º anos.

MAIS CONTRIBUIÇÃO JOVENS EM FÉRIAS

As empresas vão passar a pagar uma taxa contributiva de 26,1% pelos estudantes que queiram trabalhar durante as férias, sendo que a TSU paga habitualmente pelos empregadores é de 23,75%.

FUNÇÃO PÚBLICA CARREIRAS DESCONGELADAS

Será atribuído aos funcionários públicos um ponto por cada ano de serviço, sem prejuízo de garantia de aplicação de regimes mais favoráveis em vigor. Passará também a ser divulgada atualmente a previsão de entradas e saídas de trabalhadores da administração pública e do setor empresarial do Estado. Por outro lado, já a partir de janeiro do próximo ano, será reposto o pagamento integral das horas extraordinárias aos trabalhadores da função pública.

ENSINO PROPINAS IGUAIS

Foi aprovado o congelamento do valor das propinas pagas pelos estudantes no Ensino Superior no ano letivo de 2018/2019. Ainda na área educativa, o Governo deverá, no prazo de seis meses, fiscalizar as cantinas escolares e avaliar a qualidade das refeições e os encargos com as respetivas concessões, quando existam, publicitando os respetivos resultados.

TRANSPORTES PASSES COM DESCONTO

O passe 4-18, que se destina às pessoas com idades entre os quatro e os 18 anos, vai ter "um desconto de 50%" a partir de janeiro. Este passe terá uma redução de 25% no preço "sem prejuízo dos descontos já previstos para os estudantes beneficiários de Ação Social Escolar". Além disso, o passe sub23@superior.tp vai passar a abranger todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos, inclusive, de todas as instituições de ensino superior no país.

IMPOSTO DE SELLO CREDITO MAIS CARO



No crédito de prazo inferior a um ano (por cada mês ou fração) a taxa do IS sobe de 0,07%, para 0,08%, no crédito de prazo igual ou superior a um ano a taxa aumenta de 0,9% para 1% e no crédito utilizado sob a forma de conta corrente, descoberto bancário ou qualquer outra forma em que o prazo de utilização não seja determinado ou determinável (onde se incluem os cartões de crédito) a taxa cresce de 0,07%, para 0,08%.